

APRESENTAÇÃO

Desde junho de 2013, temos acompanhado uma sucessão de acontecimentos políticos que colocaram em xeque a capacidade do Executivo Federal de ser o fiador da governabilidade. O Legislativo Federal, assim como lideranças oposicionistas, têm aparecido como atores relevantes que impõem limites à capacidade de o governo construir coalizões estáveis. Mais do que isso, a confiança no governo se deteriorou, sobretudo com a divulgação contínua dos detalhes da operação Lava Jato, que envolveu diretamente membros do governo. Em uma visão apressada dos fatos, a democracia brasileira estaria agonizando em meio aos próprios limites do sistema político nacional. Entretanto, o diagnóstico pessimista acima carece de uma leitura e análise longitudinal da dinâmica da democracia brasileira nos últimos trinta anos. As instituições democráticas brasileiras, gradualmente, têm se colocado como instâncias de controle e mediação de conflitos, tendo suas decisões respeitadas, colocando-se acima dos escassos (mas preocupantes) desejos pessoais de um retrocesso no regime. Ainda assim, as instituições democráticas têm entraves estruturais e históricos na condução e na mediação da relação entre Estado e sociedade civil no Brasil.

Após “30 anos de democracia no Brasil” (título deste dossiê da Revista Conexão Política), demarcados pela ascensão do presidente civil, em 1985, muitos anos após a queda de João Goulart, em 1964, o regime democrático, finalmente, renasceu. Inúmeros ganhos civis, políticos e sociais têm se constituído ao longo dos anos. Presidentes foram eleitos em eleições periódicas e limpas, as instituições têm funcionado, as liberdades dos cidadãos têm sido respeitadas, inclusive quanto à expressão, escolha e participação no debate e disputa política. A democracia brasileira merece uma edição desta Revista dedicada a essa trajetória. Para tanto, reunimos uma série de artigos que contemplam diversos aspectos relacionados ao tema: participação, partidos políticos, financiamento de campanha, eleições, Judiciário, educação política, a partir de várias abordagens e perspectivas.

O primeiro artigo deste dossiê, “Educação política no Brasil: desafios aos 30 anos de democracia”, de **Humberto Dantas** e **Rodrigo Estramano de Almeida**, aborda um tema fundamental e pouco explorado pela Ciência Política brasileira: a educação política. Foca, portanto, nos cidadãos e em suas percepções acerca da democracia no país. A partir de uma abordagem compreensiva da política, o artigo levanta questionamentos sobre a relação entre os cidadãos e a democracia, analisando, empiricamente, como os jovens se sentem em relação à política. Para tanto, os autores criaram um indicador de envolvimento dos jovens na política, denominado de Índice de Envolvimento Político (IEP), medido a partir de questionários aplicados

a um grupo de jovens estudantes no estado de São Paulo. Os resultados da pesquisa, apresentados no artigo, confirmam os achados em *surveys* sobre os Estudos Eleitorais Brasileiros (ESEB) quanto à desconfiança que os brasileiros possuem em relação às instituições representativas e aos representantes políticos. O desafio que os autores colocam, por fim, problematiza o papel da Educação Política no Brasil em construir cidadãos mais conscientes dos sentidos e dos significados da cidadania e, logicamente, da democracia.

O artigo de **Pedro Capra Vieira**, "Mecanismos de democracia direta no Brasil", também trata da democracia com foco sobre os cidadãos, mas a partir de uma perspectiva neoinstitucionalista. Apresenta uma trajetória dos estudos sobre participação dos movimentos sociais e a tentativa de se criar mecanismos de democracia direta no Brasil na transição à democracia. Ainda com limites claros, houve a introdução de alguns desses mecanismos de participação direta dos cidadãos com a Constituição de 1988: plebiscito, referendo e iniciativa popular legislativa. O autor conclui que, mesmo com essa previsão legal, esses mecanismos foram pouco utilizados devido ao desenho das instituições proposto pela Constituição, que atribui aos poderes Executivo e Legislativo forte controle sobre a participação direta dos cidadãos na proposição e deliberação sobre as leis.

Mudando o foco da análise para a estrutura da competição, especificamente quanto à seleção de candidatos nos partidos políticos brasileiros, o artigo "Fronteiras sociais fortes e padrões organizacionais fracos? Seleção de candidatos e composição social nos principais partidos políticos brasileiros em 2010", de **Bruno Bolognesi** e **Luiz Domingos Costa**, tem como objetivo a relação entre o processo de escolha de candidatos e a composição social dos partidos políticos. Os autores partiram do pressuposto de que a variável estrutura partidária impacta sobre o processo de seleção de candidatos feito pelos partidos. Analisando as eleições para deputado federal em 2010, particularmente quatro partidos políticos (PT, PSDB, PMDB e DEM), os autores encontram diferenças significativas entre as agremiações analisadas: no PT, há a inclusão de grupos socialmente desprestigiados; no DEM, o elitismo é percebido tanto na seleção quanto no perfil social das candidaturas; no PSDB, ainda que haja mecanismos colegiados de seleção de candidaturas, o partido é pouco permeável a candidatos de baixo status social, privilegiando setores médio e alto da sociedade; e, no PMDB, há a mescla de candidatos mais tradicionais (elites) com outros de origem pouco privilegiada socialmente. Assim sendo, os autores corroboram com um aspecto fundamental para a compreensão da dinâmica democrática brasileira: partidos políticos importam, inclusive na elaboração das listas partidárias dos candidatos às eleições.

Já sobre o Judiciário, **Leon Victor de Queiroz Barbosa** faz uma importante contribuição para aprofundarmos o entendimento da democracia brasileira e de seu complexo desenho institucional. O artigo do autor, intitulado de "O Supremo Tribunal Federal como *policy-maker*: entre a soberania do Parlamento e a supremacia da Constituição", estabelece uma interface entre Direito e Ciência Política, analisando o papel das Supremas Cortes, e, particularmente, do STF, ao se colocarem como atores políticos relevantes no processo decisório. As prerrogativas constitucionais do STF garantem que isso acontece com bastante frequência, judicializando as

decisões de caráter eminentemente político. Além de trazer uma contribuição relevante para a compreensão do Judiciário, interpreta-o como ator proativo, capaz de não somente controlar as ações do Executivo e do Legislativo, mas de promover ações intencionais que afetam o campo político.

Os últimos dois artigos do dossiê tratam de diferentes aspectos que envolvem o empresariado. Este é um tema de profunda relevância na atual conjuntura política nacional, pois parte das mazelas apontadas no sistema político brasileiro (geradores de corrupção, por exemplo) que surgiriam do intrincado relacionamento entre o empresariado, o Estado e os agentes governamentais. Assim sendo, essa é uma agenda de pesquisa que ganha força e permite reflexões, que, nesta edição, foram organizadas em duas linhas: um artigo que trata da ampliação da atuação das empresas na implementação de ações sociais que seriam de responsabilidade do Estado; e outro relacionado ao papel das empresas no financiamento de campanhas eleitorais.

O primeiro artigo sobre o tema do empresariado, escrito por **Priscila Riscado**, intitulado de “Papel das empresas no cenário democrático contemporâneo: breves reflexões acerca do tema no Brasil”, traz reflexões a respeito do papel das empresas na implementação de ações sociais e, de forma mais abrangente, nas ações junto à sociedade, compreendido como “responsabilidade social corporativa”. A autora conclui, de forma geral, que as empresas não podem ser colocadas de lado nas análises dos processos decisórios no Brasil, principalmente pelo fato de serem instituições privadas e que atendem a interesses logicamente também privados. Assim, uma análise mais detida sobre os processos decisórios deve levar em conta a complexa rede de atores de entidades públicas e privadas participantes da complexa relação Estado-empresariado-sociedade.

Ainda sobre o empresariado, o artigo de **Rodrigo Dolandeli dos Santos**, “Financiamento de campanha, empresariado e o sistema político brasileiro: teoria e questões atuais”, resgata um conjunto de contribuições teóricas que avaliam a relação entre financiamento de campanha e representação política. Assim sendo, sabe-se que o dinheiro pode desequilibrar a competição eleitoral a favor de determinados candidatos, favorecendo a continuidade desses e restringindo a entrada de novos atores e ideias políticas nas arenas decisórias. O artigo deixa evidente que para se repensar o papel da representação política no Brasil é necessário, antes de tudo, ter em vista os gargalos do financiamento de campanha, visando a tornar o sistema político menos fechado e, conseqüentemente, mais inclusivo.

Esta edição conta ainda com duas resenhas que tratam de dois livros fundamentais para a compreensão da democracia brasileira, considerando tanto seus aspectos normativos quanto empíricos. A primeira resenha, escrita por **John dos Santos Freitas**, versa sobre o livro de Luís Felipe Miguel “Democracia e Representação: territórios em disputa”, publicado em 2014. A obra trata da combinação (nem sempre autoevidente) dos conceitos que dão nome ao livro. Sobretudo, o livro retoma diversas leituras sobre a temática, incluindo uma multiplicidade de abordagens sobre a democracia, apresentando seus alcances e limites. Já a segunda resenha, escrita por **Raul Wesley Bonfim**, analisa o livro de Oswaldo E. do Amaral “As transformações na organização do Partidos dos Trabalhadores entre 1995 e 2009”, publicado em 2013. É uma

das obras centrais para compreender a dinâmica das mudanças ocorridas na organização interna do PT, bem como de suas particularidades e singularidades organizacionais ainda presentes no partido. Além de ser uma obra essencial para compreender o partido em análise, contribui para compreender, de forma mais ampla, os partidos políticos em meio às pressões externas e aos condicionantes organizacionais e ideológicos.

Convido vocês para apreciar o tema e as diversas contribuições propostas pelos autores. Boa leitura a todos!

Teresina, junho de 2015.

Vítor Eduardo Veras de Sandes Freitas
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política